



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO

PORTARIA N° 2390, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE PRÊMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR MARTINA ALVES DE MOARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, conforme artigo 96 da lei complementar 003;

CONSIDERANDO o requerimento feito pelo servidor em 15/12/2025 e a data de concessão do direito em 15/12/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Prêmio Assiduidade ao servidor **Martina Alves de Moraes**, Advogada, matrícula n° 5588-3 a ser creditado na folha do mês de dezembro do ano de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da assinatura do Prefeito, surtindo efeito a partir de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Jaguarão, aos quinze (15) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

Rogério Lemos Cruz
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Lúcia Carvalho de Oliveira
Secretária de Administração
CML/

Município de Jaguarão
Resumo Verbas por Funcionários (11/1994-12/2025)

Pag. 1
Data Ref. 12/2025

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissão	Cargo	Data	Calc R	Compl.	Valor
347 - Premio Assiduidade								
00001	26654/01	Reinaldo Espindola Dias	16/11/1994	5032-Operario	08/2004	09-01		694,38
00002					08/2009	09-01	1,00	363,48
00003					10/2014	09-01	1,00	569,93
00004					05/2019	09-01	1	861,81
Total:								2.489,60
Total Verbas Retificadoras:								0,00
952 - Falta Injustificada								
00001	26654/01	Reinaldo Espindola Dias	16/11/1994	5032-Operario	12/1994	09-01	1,00	2,74
00002					08/1997	09-01	1,48	1,00
00003					09/2000	09-01	1,00	5,06
00004					02/2013	09-01	6,66	24,45
Total:								33,25
Total Verbas Retificadoras:								0,00
Total Geral (8):								2.522,85





PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
Secretaria de Administração

Requerimento nº:

5920/2025

Assunto:

Resposta ao requerimento de prêmio assiduidade de Reinaldo Espindola Dias

Caro Servidor

Informamos que, o Art. 96 § 2º e § 4º, da Lei Complementar 003, de 05 de novembro de 2003, dispõe sobre o que segue:

Art. 96 Após cada cinco anos ininterruptos de serviços prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade de valor igual a um mês de vencimento do seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de função de confiança.
§ 1º Para os atuais servidores nomeados até a data da entrada em vigor da presente Lei, o respectivo tempo de serviço até então prestado ao Município, será contado por metade, para fins de aquisição do direito constante do caput do artigo, contudo, sempre limitado a um único prêmio assiduidade, que será satisfeito a partir do mês de março do ano de 2004.
§ 2º O prêmio previsto no caput do artigo poderá ser convertido em licença remunerada, por trinta dias, a critério do servidor.
§ 3º Os integrantes do magistério público municipal e os estatutários até então regidos pela Lei nº 517/63 iniciarão a contagem de tempo a partir da data da última concessão desta vantagem ou da licença prêmio, respectivamente.
§ 4º O prêmio por assiduidade será requerido pelo servidor, que aguardará em exercício a sua concessão, sob pena do indeferimento do pedido.
§ 5º - Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis, fazendo jus o servidor somente ao direito do último período aquisitivo.
Fica suspensa a concessão de benefícios e vantagens considerando a necessidade de cumprimento à Lei FEDERAL complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 que proíbe a concessão de benefícios e vantagens que impliquem no aumento de despesas até 31/12/2021 e o Decreto Municipal nº 014 de 1º de fevereiro de 2021. Para maiores informações e dúvidas consultar a Lei supramencionada no Diário Oficial da União e o respectivo Decreto Municipal.

Conforme análise realizada em sua matrícula, informamos que sua admissão e as datas que implementará, ou já implementou, o direito à concessão do prêmio estão discriminadas na tabela abaixo:

Nome	Reinaldo Espindola Dias
Matrícula	2665-4
Cargo	Operário

12/12/2025

Data de Admissão	16/11/1994	Art. 97 -	I - Penalidade disciplinar de suspensão	
Data Base Estatuto Mun.	01/11/2003		II -	
Início da concessão Art. 96 §3º	Não se Aplica		a) Licença Interesse	
Última concessão			b) Licença trat. pessoa da família - não remunerada	
			c) Condenação - sentença definitiva - Trans.em julgado	
			d) Desempenho de mandato / atividade política	

Previsão	Faltas do Período	Dias licença de saúde	Dias de Interrupção	Aquisição de direito	Data limite de requerimento	Data de concessão
1ª concessão				08/05/2004	09/05/2009	08/05/2009
2ª concessão				08/05/2009	09/06/2014	08/05/2009
3ª concessão				08/05/2014	09/06/2019	08/05/2014
4ª concessão				08/05/2019	08/06/2024	08/05/2019
5ª concessão			584	12/12/2025	13/01/2031	12/12/2025
6ª concessão				12/12/2030	13/01/2036	12/12/2030
7ª concessão				12/12/2035	12/01/2041	12/12/2035

Lucia Carvalho de Oliveira
Secretária de Administração

Assinado por 2 pessoas: ROGÉRIO LEMOS CRUZ e LUCIA CARVALHO DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.matriculaonline.org> e informe o código F016-2260-4009-4EFA





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F016-2260-4009-4EFA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROGÉRIO LEMOS CRUZ (CPF 369.847.870-68) em 16/12/2025 08:54:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LÚCIA CARVALHO DE OLIVEIRA (CPF 424.307.040-72) em 16/12/2025 11:51:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jaguarao.1doc.com.br/verificacao/F016-2260-4009-4EFA>